

Apresentação

Este dossiê da Revista NERA dedicou-se à Soberania Alimentar. Há 20 anos atrás, em 1996, durante a Segunda Conferência Internacional da Via Campesina ocorrida no México, a ideia foi amplamente discutida e divulgada publicamente. Neste momento, soberania alimentar foi conceituada como *“direito de cada nação de manter e desenvolver na própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva*. Posteriormente, em 2007, no *Forum For Food Sovereignty*, a Via Campesina reafirma a ideia de *“direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo”*. Ou seja, o poder de decisão do Estado ou das comunidades em executar seus projetos em relação ao alimento e definir seus próprios sistemas produtivos. Assim, o conceito de Soberania Alimentar foi criado justamente em contraposição ao conceito de Segurança Alimentar cunhado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). A diferença fundamental entre a segurança alimentar e soberania alimentar é que a primeira é tratada simplesmente como uma questão econômica, em que a solução para o problema da fome estaria nas leis do mercado. Já a soberania alimentar compreende o acesso ao alimento como um problema político, em que a solução deve vir do povo, da sociedade.

A partir de 1980 há um aumento significativo do poder das grandes corporações atuando no sistema global agroalimentar. É o momento de integração de novas partes do globo na cadeia produtiva. Esta fase se caracteriza por uma forte expansão destas grandes corporações nos mercados dos países pobres, controlando toda cadeia produtiva - desde a produção até o varejo e a padronização mundial da dieta alimentar, em detrimento dos produtos alimentares tradicionais.

De 1996 até os dias de hoje há uma intensificação deste processo, dado pelo aumento na produção de *commodities*, sobretudo para a produção de agrocombustíveis e acentuação de uma corrida mundial por terras, o que coloca em xeque e faz emergir o debate e a luta em torno da soberania alimentar. A América Latina é extremamente afetada com os processos acima citados e onde os movimentos sociais adquiriram protagonismo nesta luta, como é possível observar nos diferentes artigos deste dossiê que evidenciam a soberania alimentar em diversos países latino-americanos. O dossiê está composta por treze artigos e um relatório de trabalho de campo, todos abordando a Soberania Alimentar em seus diversos aspectos: movimentos sociais e luta pela Soberania Alimentar, papel do Estado e de Instituições multilaterais e políticas públicas.

Ressaltamos que três artigos desta edição de autoria de Gracieda dos Santos Araújo, Lorena Izá Pereira e Lucas Bento da Silva - são resultados diretos do projeto

“Soberania alimentar, segurança alimentar, terra e território na América Latina”, financiado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), por meio do Programa “União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e “Red Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional” (Red-SSAN-UNASUL), com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e pesquisas sobre a segurança e soberania alimentar e nutricional em escala sul-americana.

Ainda, apresentamos três artigos de autoria de Luis Daniel Hocsman, Carlos Rodríguez Wallenius & Luciano Concheiro Bórquez e Flor Edilma Osorio Pérez que originalmente foram apresentados na Reunião do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO*, em outubro de 2008, em Assunción, Paraguai. Estes artigos foram revisados e atualizados por seus autores, o que nos dá uma ideia do avanço deste debate nos últimos oito anos.

Abrimos a discussão com o artigo do geógrafo Estevan Leopoldo de Freitas Coca intitulado “20 anos de proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo”, que nos traz uma excelente exposição de como o conceito de soberania alimentar tem sido construído desde 1996 como uma alternativa ao domínio que as grandes corporações têm exercido sobre o sistema alimentar global, entendendo a soberania alimentar como uma resistência construída por movimentos socioespaciais e socioterritoriais, organizações não governamentais, governos, entre outros.

O artigo com o título “Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar” de autoria de Regina Aparecida Leite de Camargo, José Giacomo Baccarin e Denise Boito Pereira da Silva, discutem o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e como estes mercados institucionais contribuem para a promoção da soberania alimentar envolvendo a produção familiar. Os autores contribuem para o debate e realizam uma excelente discussão teórico e empírica, dialogando a soberania alimentar com pesquisas realizadas no Estado de São Paulo.

No terceiro artigo desta edição, intitulado “Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no município de Toledo - PR”, os autores Dieterson Debus, Nadel Luiz Soares da Silva, Angelita Pinto Libermann, Cristiano Luiz Metzner e Geraldo Valentin Ribeiro Filho realizam uma minuciosa caracterização entrevistando 21 produtores do total de 189 produtores inscritos no programa no município e evidenciam que o PAA contribui para o fortalecimento da agricultura familiar e incentiva a diversidade, promovendo a soberania alimentar.

Continuando no âmbito das políticas públicas e inaugurando a discussão da América Latina nesta edição, o artigo de Gracieda dos Santos Araújo com o título “Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o

caso do Brasil e da Argentina”, em que nos traz um panorama das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e como estas são importantes para a promoção da soberania alimentar no Brasil e na Argentina. A autora também insere no debate a contribuição das universidades, sobretudo no caso argentino para a garantia da soberania alimentar.

Nesta mesma direção os autores Fernanda Torres, Fernando Glenza, Luis Santarsiero e Ana Ottenheimer, no artigo “La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción urbano/rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNPL-Argentina)”, insere no debate o papel da extensão universitária para a promoção da soberania alimentar, nos faz refletir acerca de quais territórios são construídos com as práticas agroecológicas como ferramenta da soberania alimentar. Os autores inovam pelo fato de introduzir a discussão de relação urbano-rural na soberania alimentar, uma vez que a área de estudo é um parque provincial na região metropolitana de Buenos Aires.

O artigo intitulado “Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento campesino-indígena, patrones rurales y el gobierno a partir del paro agropecuario del 2008”, de Luis Daniel Hoczman nos contempla com uma ilustre apresentação da estrutura agrária da Argentina na etapa neoliberal e insere no debate as reivindicações ancoradas na luta de movimentos camponeses e indígenas, onde a resistência frente ao avanço do modelo agroexportador ocorre por meio da soberania alimentar.

No artigo “Soberanía e segurança alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais”, a autora Lorena Izá Pereira, que expõe como o Estado paraguaio age para a garantia da soberania e segurança alimentar de sua população, elencando os escassos planos, programas e políticas públicas por parte do Estado já finalizados e ainda em desenvolvimento. O artigo também aborda as lutas e experiências de movimentos camponeses de soberania alimentar, abordando com maior ênfase a luta da Coordinadora de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI).

Na mesma esfera do papel do Estado através de planos e programas, Oswaldo Viteri Saazar em seu artigo “Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y arona en Ecuador”, evidencia os diferentes programas agrários para a reativação da produção agrícola do cacau, que tradicionalmente representa uma fonte de renda para milhares de famílias equatorianas. Além de expor os programas e a importância destes para a soberania alimentar, o autor apresenta de modo crítico as limitações destes programas.

O artigo intitulado “Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolivia”, Georgina Catacora-Vargas, Aymara Llanque

Zonta, Johanna Jacobi e Freddy Delgado Burgoa abordam sobre os três sistemas alimentares do departamento de Santa Cruz, na Bolívia - agroindustrial, indígena e ecológico - evidenciando os conflitos em relação a estes sistemas, uma vez que o dominante e expansivo é o sistema agroindustrial, sobretudo sobre o sistema indígena. Os autores também enfatizam as contribuições do sistema agroecológico para a promoção da soberania alimentar na Bolívia.

O décimo artigo com o título “Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso da comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe colombiano”, o autor Lucas Bento da Silva enfoca o impacto da elevação da produção da *commoditie* flexível da palma africana por empresas nacionais e transnacionais na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto e como esta vem alterando as técnicas produtivas tradicionais e os hábitos alimentares desta comunidade, ou seja, as práticas agroecológicas da soberania e segurança alimentar das famílias palenqueiras de San Juan de Palos Prieto sofreram alterações culturais pela capitalização e tecnificação do processo produtivo da palma.

“Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México”, de autoria de Carlos Rodríguez Wallenius e Luciano Concheiro Bórquez insere a discussão da luta pela soberania alimentar como um projeto de nação dos movimentos indígenas e camponeses, centrado na cultura do milho e relacionado a propriedade social da terra. Os autores expõem que as ações coletivas expressam uma soberania alimentar construída de baixo para cima e onde se reconhece a natureza multifuncional da agricultura camponesa e se promove o desenvolvimento de uma agricultura sustentável.

No artigo intitulado “De una crisis alimentaria hacia una crisis productiva (2008-2015): el caso de maíz en el municipio Tonatico, Estado de México, a autora Malin Jönsson também analisa o caso da produção de milho no México, porém com o enfoque nas implicações do regime alimentar corporativo em um contexto de crise alimentar. A autora discute as variações nos preços dos alimentos, o domínio das corporações transnacionais, a exploração e desterritorialização de agricultores camponeses, o que impacta diretamente na soberania alimentar da população mexicana.

Em seguida, o artigo de Flor Edilma Osorio Pérez, “No podemos hablar de paz si tenemos hambre - Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colômbia” faz uma análise dos obstáculos e ameaças para a soberania alimentar no âmbito local, em diálogo com as outras escalas de análises, a partir da experiência da comunidade rural de *Palo de Hicotea*, na região de Montes de María, Colômbia. A autora expõem e reflete sobre os processos de expulsão de camponeses de suas terras e de dominação a partir, não só da

violência física, mas também pelo avanço do monocultivo da palma na região de estudo, relacionando estes processos com a construção da soberania alimentar

O relato de campo com o título “Hablemos con la boca llena. La soberania alimentaria desde la comunicaci3n comunitaria”, de autoria de Silva Magdsick, Gabriel Piedrabuena e Gabriela Cardoso, nos presenteia com uma excelente exposiç3o sobre construç3o da soberania alimentar e da comunicaç3o comunit3ria na Argentina, fortalecendo os espaços de discuss3o e reflex3o sobre o alimentos, ou seja, construindo uma soberania alimentar abaixo para cima por meio da comunicaç3o comunit3ria.

A publicaç3o deste dossiê é analisada como urgente diante do contexto de um regime alimentar corporativo e de intensa apropriaç3o de terras em escala global que desterritorializam camponeses e indígenas e afetam pr3ticas agroecol3gicas tradicionais destas comunidades. Os artigos acima apresentados evidenciam os impactos da consolidaç3o do imp3rio alimentar e do imp3rio do agroneg3cio e tamb3m evidenciam as lutas e resist3ncias exaltando a soberania alimentar como um projeto de naç3o e um regime alimentar alternativo.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

M3nica Schiavinatto e Lorena Iz3 Pereira

Editoras do Dossiê Soberania Alimentar

Revista NERA